

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO E A RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ALUNOS, PROFESSORES E CURSOS DE 2009 A 2022

Investment in education at the Goiano Federal Institute and the relationship with the number of students, teachers and courses from 2009 to 2022

Elisneide Rodrigues Rafael¹

Marcos de Moraes Sousa²

Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso³

Jenerton Arlan Schütz⁴

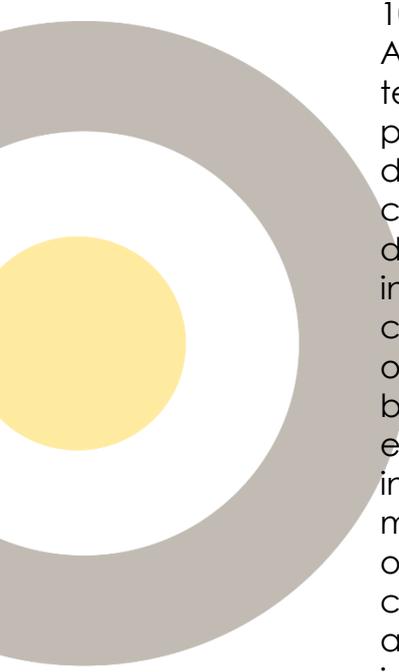
Resumo: Este trabalho investiga a trajetória do financiamento público no contexto dos Institutos Federais, com ênfase no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), desde sua criação até o orçamento de 2022. A pesquisa emprega uma metodologia abrangente, guiada por normativas de transparência

¹ Graduada em Sistemas de Informação pelo Instituto Federal Goiano, Campus Ceres. Instrutora de Informática no Instituto Federal Goiano. E-mail: elisneideneide@gmail.com. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5505049855767084>.

² PhD pelo Kompetenzzentrum für Public Management (University of Bern). Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Efetivo do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres e Professor Permanente do Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Federal de Goiás - PPGADM/UFG e no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres. E-mail: marcos.moraes@ifgoiano.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2038056571074237>.

³ Doutor em Administração pela Universidade de Brasília - UNB/Universidad Jaume I - UJI – Espanha. Professor Efetivo do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres e Professor Credenciado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres. E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5898933911701945>.

⁴ Pós-Doutorando em Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal Goiano). Doutor em Educação nas Ciências (Unijuí). Professor Visitante no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres. Professor e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: jenerton.schutz@ifgoiano.edu.br. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6075418179655079>.



e regulamentações como a Instrução Normativa TCU nº 57 de agosto de 2008, a Decisão Normativa TCU nº 100 de outubro de 2009, e dos Relatórios de Gestão Anuais do IF Goiano, para avaliar a evolução temporal das finanças, como gastos totais, despesas pagas, e a relação percentual entre elas. Uma base de dados eletrônicos foi desenvolvida para facilitar a comparação e interpretação desses dados ao longo do tempo. Além da abordagem financeira, o estudo incorpora uma análise das variáveis educacionais, como número de alunos, inscritos, docentes e cursos oferecidos. A abordagem multidisciplinar da pesquisa busca entender a complexidade das interações entre essas variáveis, explorando influências institucionais e externas. Os resultados indicam que, mesmo diante dos desafios financeiros e políticos, a organização tem mantido um compromisso notável com a transparência e a qualidade acadêmica. A análise destaca a importância de uma abordagem integrada, considerando elementos institucionais, orçamentários e educacionais, reforçando a necessidade de pesquisas futuras adotarem uma perspectiva multidisciplinar para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da dinâmica institucional.

Palavras-chave: administração pública; financiamento educacional; gestão orçamentária; educação profissional e tecnológica.

Abstract: This paper investigates the trajectory of public funding in the context of Federal Institutes, with an emphasis on the Federal Institute of Goiás (IF Goiano), from its creation to the 2022 budget. The research employs a comprehensive methodology, guided by transparency rules and regulations such as TCU Normative Instruction No. 57 of August 2008, TCU Normative Decision No. 100 of October 2009, and IF Goiano's Annual Administration Reports, to evaluate the temporal evolution of finances, such as total spending, expenses paid, and the percentage ratio between them. An electronic database was developed to facilitate the comparison and interpretation of this data over time. In addition to the

financial approach, the study incorporates an analysis of educational variables, such as the number of students, enrollments, teachers and courses offered. The multidisciplinary approach of the research seeks to understand the complexity of the interactions between these variables, exploring institutional and external influences. The results indicate that, even in the face of financial and political challenges, the organization has maintained a remarkable commitment to transparency and academic quality. The analysis highlights the importance of an integrated approach, considering institutional, budgetary and educational elements, reinforcing the need for future research to adopt a multidisciplinary perspective for a more comprehensive and in-depth understanding of institutional dynamics.

Keywords: public administration; funding of education; budget management; professional and technological education.

INTRODUÇÃO

A rede federal de educação profissional e tecnológica, representada em grande parte pelos Institutos Federais de Educação, representa uma das mais significativas iniciativas no campo educacional brasileiro do século XXI. Inaugurada em 2008 por meio da lei nº 11.892, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, essa rede foi concebida com o objetivo de ampliar o acesso à educação de qualidade em todo o território nacional, atendendo às demandas regionais específicas e contribuindo para o desenvolvimento local e nacional. Desde sua criação, os Institutos Federais têm experimentado uma expansão notável. Não apenas em termos de infraestrutura física e número de unidades, mas também em sua capacidade de influenciar positivamente as comunidades em que estão inseridos, promovendo a educação, a pesquisa e a extensão de maneira integrada (Barbosa, 2019).

Dentro deste panorama, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) emerge como uma das instituições mais proeminentes. Sua trajetória é marcada por um crescimento robusto na oferta de cursos, abrangendo desde a formação técnica até pós-graduações *stricto sensu*. O aumento no número de alunos matriculados e a ênfase nas atividades de pesquisa, evidenciada pela oferta de diversos cursos de Mestrado e Doutorado, atestam o compromisso da instituição com a excelência acadêmica e a formação integral de seus estudantes. No entanto, apesar desses avanços e conquistas, o caminho trilhado pelos Institutos Federais não está isento de obstáculos. Cortes orçamentários e contingenciamentos frequentemente implementados representam desafios significativos. Estas medidas, muitas vezes, parecem desalinhadas com a crescente demanda e as necessidades das instituições, exigindo delas resiliência e adaptabilidade para continuar cumprindo sua missão primordial de educar e transformar (Rossi; Tude, 2021).

Dentro do panorama educacional brasileiro, o IF Goiano tem se destacado não apenas pela sua contribuição à formação técnica e superior, mas também pelo compromisso com a pesquisa avançada. Atualmente, o IF Goiano oferece 13 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, e merece destaque especial o programa de doutorado oferecido no campus Rio Verde (Instituto Federal Goiano, 2023), destaca-se em diversas avaliações, situando-se como a segunda melhor Instituição de Ensino Superior do estado de Goiás (Instituto Federal Goiano, 2017). Adicionalmente, é o Instituto Federal mais bem avaliado na região Centro-Oeste do Brasil. Em um contexto nacional, a instituição alcança a notável sétima posição no ranking geral (Instituto Federal Goiano, 2023).

A sociedade contemporânea, cada vez mais informada e crítica, tem elevado suas expectativas em relação às instituições públicas, sobretudo aquelas voltadas à educação e pesquisa. Em vez de perceber os recursos destinados a essas áreas como meras despesas, é imperativo

reconhecê-los como investimentos vitais para o desenvolvimento sustentável do país. Nesse cenário, surge a necessidade de avaliar como as instituições da rede federal têm gerido e correspondido a esses investimentos. Este estudo, portanto, propõe analisar a trajetória orçamentária do IF Goiano desde a criação dos Institutos Federais em 2008 até 2022. Foram examinados aspectos como gastos totais, despesas efetivamente realizadas e indicadores acadêmicos, incluindo o número de alunos inscritos, docentes e a diversidade de cursos ofertados.

Sobre os aspectos metodológicos, assume-se o caráter descritivo e abordagem qualitativa com aspectos quantitativos, realizamos uma análise do contexto orçamentário federal para a educação, com atenção especial ao IF Goiano. Esta análise foi motivada pela crescente relevância e impacto do IF Goiano no cenário educacional brasileiro, bem como pelos desafios orçamentários enfrentados ao longo dos anos.

Para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental como principal técnica, explorando documentos e registros oficiais, como o Relatório de Gestão disponível no site oficial do IF Goiano, e a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), uma plataforma virtual especializada para divulgação de estatísticas oficiais relacionadas à Rede Federal de Educação Profissional. A PNP é uma base de dados importante para coleta de dados relacionados a Educação Profissional e Tecnológica, pois estão disponibilizadas informações públicas relativas ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica brasileira. O escopo da análise abrangeu a evolução orçamentária no período de 2009 a 2022, incluindo indicadores acadêmicos como número de alunos matriculados, docentes ativos e a diversidade de cursos oferecidos.

Os dados foram transferidos por um processo tratamento, padronização e organização. Estruturamos uma base de dados incluindo variáveis como orçamento anual (variável x), número de alunos

matriculados (variável y) e número de docentes ativos (variável z). Utilizando planilha eletrônica, compilamos os dados em uma base de dados para facilitar a análise subsequente. Para uma interpretação mais intuitiva e visual dos resultados, elaboramos diversos gráficos destacando tendências, padrões e insights relevantes. Além disso, conduzimos uma análise de associação entre as variáveis para entender suas inter-relações e identificar padrões ou tendências relevantes para a compreensão do desempenho e da trajetória do IF Goiano durante o período desenvolvido.

Ademais, o objetivo central deste manuscrito foi avaliar a evolução do financiamento executado desde a criação dos Institutos Federais até o orçamento de 2022, com foco particular no IF Goiano, assim, oferece uma visão abrangente e crítica da gestão financeira e acadêmica do IF Goiano ao longo de mais de uma década. Além de sua relevância acadêmica, esta pesquisa pode contribuir para os gestores educacionais, fornecendo insights e dados que podem orientar a elaboração de diretrizes institucionais e auxiliar no planejamento estratégico da organização.

1. PROGRESSÃO DE INVESTIMENTOS: O CONTEXTO NACIONAL

Nesta seção, aborda-se a progressão dos investimentos na educação federal no Brasil, com foco especial no IF Goiano. Nesse sentido, realiza-se uma análise dos orçamentos executados desde a fundação até 2022, juntamente com uma avaliação das variações nos números de alunos, docentes e cursos ao longo desse período.

1.1 Orçamento público

O orçamento público é uma ferramenta crucial para o planejamento e gestão de recursos financeiros do governo. Ele especifica tanto as receitas estimadas que o governo espera arrecadar quanto as despesas fixadas para garantir que os gastos não ultrapassem as receitas. Neste contexto, Ferreira (2017) salienta que o processo de elaboração das leis orçamentárias, embora autorizativo, pode ser comprometido quando a discricionariedade é usada para justificar a não implementação de planejamentos previamente estabelecidos.

A elaboração do orçamento é uma tarefa complexa que envolve diversas etapas legislativas, como a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas leis, propostas pelo Poder Executivo e sujeitas à aprovação do Congresso Nacional, são interdependentes e devem estar alinhadas com as metas e políticas estabelecidas no PPA (Portal da Transparência, 2022). A execução do orçamento é dividida em três fases: empenho, liquidação e pagamento. O compromisso representa a reserva de recursos para uma finalidade específica, formalizada por meio de uma Nota de Empenho (Brasil, 1964). Na fase de liquidação, verifica-se a conformidade do cumprimento contratual, enquanto o pagamento finaliza a transação financeira (Portal da Transparência, 2022). Estas fases são especialmente relevantes para as Instituições de Ensino Superior (IES), onde o financiamento adequado é vital para a qualidade da educação e a formação de profissionais qualificados. Entretanto, tem-se aplicado que, frequentemente, as despesas nessas instituições excedem os pagamentos, impondo desafios financeiros.

A fiscalização e transparência na execução do orçamento são fundamentais para o funcionamento eficaz da gestão pública e podem ser acessadas no Portal da Transparência do Governo Federal. Portanto, o orçamento público não é apenas uma estimativa financeira, mas também um reflexo das prioridades governamentais em áreas críticas,

tais como educação, saúde e segurança (Portal da Transparência, 2022). Assim, o orçamento público desempenha o papel de um instrumento de planejamento e controle que impacta diretamente a qualidade dos serviços públicos e a gestão eficiente dos recursos financeiros do Estado.

1.2 Educação nacional

A educação é um direito fundamental ligado à dignidade humana, garantida pela Constituição Federal Brasileira. As instituições de ensino superior desempenham um papel vital na promoção desse direito, porém enfrentam desafios financeiros, com cortes orçamentários e contingenciamentos externos. Essas medidas afetam áreas importantes como pesquisa, extensão e ensino. As universidades possuem obrigações e diretrizes a serem seguidas, incluindo planos de carreira e regime jurídico. O financiamento adequado é fundamental para que essas instituições alcancem a excelência em suas missões (Dessen; Polonia, 2007).

Nesse contexto, a discussão sobre a importância da democracia e da cidadania na implementação dos direitos fundamentais se torna crucial. A colaboração entre cidadãos e Estado é vital para a promoção desses direitos, incluindo o direito à educação. A cidade, como espaço educador e humanizador, tem o potencial de reduzir desigualdades e vulnerabilidades, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas enfrenta obstáculos, como a disseminação de informações incorretas e *fake News* (Bettini et al., 2022). Ainda, os referidos autores afirmam que, a Administração Pública e os meios de comunicação têm um papel importante na educação para a cidadania, fornecem informações corretas e assertivas. A descentralização administrativa e a participação dos cidadãos na prestação de serviços públicos também são aspectos

fundamentais para a promoção da cidadania e da democracia. Além disso, é essencial que a cidade seja um espaço inclusivo que acolha todos, incluindo grupos vulneráveis como pessoas com deficiência, idosos e crianças.

A discussão também ressalta a necessidade de abordar desigualdades e discriminações, como as de gênero e raça, por meio de políticas públicas inclusivas e da educação para a cidadania. Tecnologias assistivas e veículos de comunicação são visíveis como ferramentas valiosas para reduzir desigualdades e promover a inclusão. A busca pelo bem comum e a promoção de vivências democráticas são compromissos constitucionais que fortalecem a democracia e, por extensão, o sistema educacional. Portanto, a educação é vista não apenas como um direito fundamental, mas também como um meio para alcançar uma sociedade mais justa, solidária e igualitária (Bettini *et al.*, 2022).

A educação, em sua essência, é mais do que apenas um mecanismo de transmissão de conhecimento; é um direito fundamental intrinsecamente ligado à dignidade humana. Esta premissa está solidamente ancorada na Constituição Federal Brasileira, onde a educação é consagrada como um direito social fundamental, conforme delineado no artigo 6º (Brasil, 1988). Além disso, os artigos 205 a 212 da CF (Brasil, 1998) estabelecem os parâmetros e diretrizes que regem este direito, garantindo a todos os cidadãos o acesso à educação de qualidade. Segundo Nunes Júnior *et al.* (2022), o artigo 205 da Constituição estipula que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, transferindo o pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. O artigo 206 enfatiza princípios norteadores para a oferta educacional, como igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade de aprendizagem e pluralismo de ideias. Além disso, o artigo 207 concede autonomia

didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades.

Avançando para o artigo 208, este detalha as modalidades de ensino que devem ser garantidas pelo Estado, incluindo a educação básica obrigatória e gratuita para os 4 aos 17 anos e o acesso aos níveis mais elevados de ensino. Já o artigo 209 estabelece que o ensino privado poderá ser exercido, desde que cumpridas certas condições impostas pela legislação. O artigo 210 define diretrizes e bases para a fixação de currículos escolares, enquanto o artigo 211 aborda a distribuição de responsabilidades e competências entre os entes federativos na oferta de educação. Por fim, o artigo 212 estabelece a obrigatoriedade de aplicação de recursos públicos em educação (Nunes Júnior *et al.*, 2022).

As instituições de ensino superior, em sua complexidade e diversidade, são pilares centrais na promoção e realização deste direito. Elas são caracterizadas pela integração de múltiplos processos produtivos, englobando ensino, pesquisa e extensão. As universidades são ambientes pluridisciplinares que desempenham um papel vital na formação de profissionais de nível superior, na condução de pesquisas inovadoras, na promoção da extensão comunitária e no cultivo contínuo do saber humano. Para que essas instituições alcancem a excelência em suas missões, é imperativo um financiamento adequado. As universidades federais, em particular, são fortemente dependentes das verbas alocadas pelo governo federal, que não apenas sustentam a formação acadêmica, mas também cobrem uma miríade de custos operacionais associados (Gil; Emmel, 2008). No entanto, o cenário recente tem sido marcado por desafios financeiros; cortes orçamentários e contingenciamentos têm se tornados frequentes, impactando diretamente áreas pertencentes como pesquisa, extensão e, claro, ensino.

É importante ressaltar que as universidades, em virtude do seu estatuto jurídico especial, possuem uma série de obrigações e diretrizes a serem seguidas. Eles devem atender às especificidades de sua estrutura, organização e, crucialmente, ao modo como são financiados pelo Poder Público. Isso engloba aspectos como planos de carreira para seu corpo docente e técnico-administrativo, bem como o regime jurídico ao qual são submetidos (Ponte, 2020). É relevante abordar como essas instituições apresentam suas informações financeiras. Um estudo feito por Silva e Rissi (2020) analisou os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das universidades federais brasileiras e revelou que a apresentação de dados orçamentários varia significativamente entre as instituições. Cerca de 44% dos PDIs examinados incluíam informações sobre previsão orçamentária, que abrangiam despesas com pessoal, outras despesas correntes, investimentos e receitas próprias e do Tesouro Nacional. Além disso, 29 dos PDIs fornecem detalhes sobre a execução orçamentária, incluindo o orçamento previsto e o orçamento efetivamente executado.

O orçamento público brasileiro é composto por várias peças orçamentárias, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Essas leis e planos são cruciais para a manutenção da qualidade do ensino superior nas universidades federais. O PDI, por sua vez, é um documento exigido pelo Ministério da Educação que deve conter informações financeiras e orçamentárias, tornando-se uma ferramenta essencial para a transparência e a gestão eficaz dessas instituições (Silva; Rissi, 2020).

Outrossim, este estudo também discute a categorização das despesas públicas e a importância do orçamento na implementação de mudanças estratégicas e na gestão universitária. No entanto, conclui-se que não há um padrão uniforme na apresentação dessas informações nos PDIs, o que sugere a necessidade de mais pesquisas e possivelmente

de diretrizes mais claras para a apresentação de informações orçamentárias pelas universidades federais.

1.3 Universidades Federais e Institutos Federais

Nesta seção, destaca-se as diferenças entre Universidades Federais e Institutos Federais no contexto do sistema educacional brasileiro. Embora ambas sejam instituições de ensino superior, financiadas pelo governo federal, apresentam características específicas em termos de missão, estrutura e foco acadêmico. Essa análise fornecerá insights sobre o papel único desempenhado por cada uma dessas instituições na paisagem educacional do país.

As Universidades Federais, geralmente possuem um foco mais acadêmico e são peculiares para a pesquisa, oferecendo uma ampla gama de cursos desde a graduação até o doutorado. Essas instituições se destacam por sua variedade de campos de estudo, abrangendo desde a graduação até o doutorado, das ciências humanas até as ciências exatas e biológicas (Silva, 2019). Em contrapartida, os Institutos Federais têm um enfoque mais direcionado para a educação técnica e profissionalizante. Embora apresentem cursos de graduação e pós-graduação, a especialização muitas vezes está em fornecer habilidades práticas aplicáveis no mercado de trabalho (Brazorotto; Venco, 2021). Além disso, os Institutos Federais têm um mandato mais explícito para o envolvimento com as comunidades locais por meio de atividades de extensão, sendo projetados para serem flexíveis e responderem diretamente às necessidades da indústria e da comunidade local, oferecendo cursos imediatamente relevantes para o mercado de trabalho local.

A pesquisa de Trento (2020) analisou o comportamento dos custos em universidades federais brasileiras de 2000 a 2019. O estudo revelou

que universidades com maiores custos geralmente têm mais infraestrutura, tempo de funcionamento é destaque em diversas variáveis educacionais. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o maior custo médio, também lidera em número de alunos, docentes, cursos e grupos de pesquisa. Em contraste, universidades mais novas e com menores custos, como a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), têm menos infraestrutura e menor desempenho nas variáveis analisadas. Além disso, o estudo também desmistifica a ideia de que os custos das universidades federais estão sempre aumentando. Houve períodos de redução de custos, como de 2000 para 2001 e de 2014 para 2015. Outrossim, o comportamento dos custos não pode ser explicado por uma única variável; é o resultado de um conjunto de fatores, incluindo número de alunos, docentes, cursos, produções científicas, entre outros. A pesquisa também mostrou que a região Sudeste tem o maior orçamento executado e lidera em várias variáveis, seguida pelas regiões Nordeste e Sul. As regiões Centro-Oeste e Norte não se destacaram em nenhuma das variáveis analisadas. Em termos de correlação, a maioria das variáveis educacionais apresentou correlação moderada ou forte com o orçamento executado. No entanto, algumas variáveis, como número de alunos da educação básica e atendimentos no Hospital Universitário, não mostraram significância estatística. A pesquisa conclui que análises simplistas, como o custo por aluno, são insuficientes para entender a complexidade dos custos nas universidades. O estudo sugere que os resultados podem ser úteis para a formulação de políticas públicas em educação superior e incentiva pesquisas futuras para uma compreensão mais profunda do comportamento dos custos.

Esses achados são particularmente relevantes no contexto educacional brasileiro, onde as universidades enfrentam desafios financeiros e orçamentários. O financiamento adequado é crucial para

que essas instituições cumpram suas missões de ensino, pesquisa e extensão de forma eficaz. Reis e Macário (2020) examinaram o financiamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil no contexto da dívida pública. A pesquisa revela que, de 2003 a 2019, quase 19% do orçamento federal foi alocado para o pagamento da dívida pública, enquanto apenas 0,34% e 1,62% foram destinados para C&T e universidades federais, respectivamente. O orçamento de 2020 indica um aumento nos gastos com a dívida e uma redução no financiamento para as universidades e C&T. Este padrão de acumulação rentista, que prioriza o pagamento da dívida em detrimento do investimento em áreas estratégicas, tem raízes históricas e foi mantido mesmo durante governos que se identificavam como progressistas.

O estudo de Reis e Macário (2020) também destaca que essa abordagem de financiamento está alinhada com uma forma de neoliberalismo que favorece o capital rentista e tem impactos negativos sobre o ensino superior e a pesquisa científica no Brasil. Mesmo durante períodos de políticas mais progressistas, houve uma tendência de mercantilização da educação superior, com programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) canalizando recursos públicos para o setor privado. Essas políticas, embora tenham objetivos nobres como a expansão do acesso ao ensino superior, acabam por concentrar capital nas mãos de poucos grupos empresariais e orientar a educação e a pesquisa para atender às demandas do mercado, em vez de objetivos sociais e acadêmicos mais amplos. Assim, o estudo serve como um alerta sobre as consequências do subfinanciamento crônico das universidades federais e da C&T no Brasil, especialmente no contexto de um padrão de acumulação rentista e políticas neoliberais que têm moldado o cenário econômico e educacional do país. Este subfinanciamento não apenas compromete a qualidade e a competitividade da educação e da

pesquisa brasileiras, mas também limita o potencial dessas instituições de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

2. TECITURAS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

A questão da governança na administração pública tem sido objeto de escrutínio e discussão contínua, especialmente no que diz respeito ao respeito à conduta ética, transparência e responsabilidade. Nesse contexto, Souza Filho (2022) oferece uma contribuição valiosa, enfatizando a importância de estabelecer mecanismos de controle robusto. Segundo o autor, uma governança eficaz deve ser pautada não apenas por boa conduta, mas também por sistemas que formalizem essa conduta por meio de sanções e recompensas para administradores públicos. Esses mecanismos servem como instrumentos para formalizar a responsabilidade dos gestores, ao mesmo tempo em que reforçam a transparência nas operações de gestão pública. No IF Goiano, a governança e a gestão atuam de forma integrada, conduzindo o direcionamento estratégico da instituição (Instituto Federal Goiano, 2022). O IF Goiano é uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cujo Estatuto foi publicado pela Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2009, subordinado ao Ministério da Educação e responsabilidade da SETEC/MEC, tem como função de governo a educação, nas áreas de Ensino Médio, PROEJA, Técnico e Tecnológico, Superior e de Pós-graduação (Instituto Federal Goiano, 2009), é um tipo de serviço autônomo, para um melhor funcionamento de sua rede.

Para compreender em detalhes a gestão financeira e o desempenho do IF Goiano, é crucial examinar sua trajetória orçamentária. A análise da Tabela 1, torna-se essencial para avaliar a

eficácia da gestão do IF Goiano ao longo do período de 2009⁵ a 2022, baseando-se em normativas rigorosas de transparência. A análise se baseia em normativas de transparência e desempenha um papel fundamental na avaliação da gestão da instituição. A seguir, serão explorados detalhadamente os dados contidos na tabela para proporcionar uma visão abrangente do panorama financeiro do IF Goiano.

Tabela – 1 Orçamento executado entre os anos 2009 até 2022

Ano	Gastos Totais⁶	Variação percentual	Despesas Pagas⁷	Variação percentual	Proporção entre Despesas pagas e Gastos Totais
2009	R\$ 71.831.958,00	-	R\$ 125.323.454,46	-	-
2010	R\$ 89.580.084,00	24,71%	R\$ 142.983.740,00	14,09%	159,62%
2011	R\$ 108.012.778,00	20,58%	R\$ 142.628.838,00	-0,25%	132,05%
2012	R\$ 161.137.417,00	49,18%	R\$ 185.839.932,00	30,30%	115,33%
2013	R\$ 188.510.965,00	16,99%	R\$ 409.760.190,00	120,49%	217,37%
2014	R\$ 217.010.020,70	15,12%	R\$ 360.721.651,05	-11,97%	166,22%
2015	R\$ 246.010.556,24	13,36%	R\$ 381.368.607,00	5,72%	155,02%
2016	R\$ 269.855.974,72	9,69%	R\$ 242.472.049,00	-36,42%	89,85%
2017	R\$ 302.451.577,00	12,08%	R\$ 240.727.028,00	-0,72%	79,59%
2018	R\$ 342.500.620,00	13,24%	R\$ 293.033.000,00	21,73%	85,56%
2019	R\$ 338.544.173,28	-1,16%	R\$ 290.016.000,00	-1,03%	85,67%
2020	R\$ 340.468.701,82	0,57%	R\$ 292.741.886,45	0,94%	85,98%
2021	R\$ 361.166.312,10	6,08%	R\$ 307.122.956,00	4,91%	85,04%
2022	R\$ 373.826.654,00	3,51%	R\$ 331.852.958,00	8,05%	88,77%

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

⁵ Relatórios de Gestão referentes aos Institutos Federais iniciam a partir do ano de 2009, em consonância com a criação dessas instituições em dezembro de 2008. Essa prática permite informar os resultados alcançados um ano após o estabelecimento oficial dos Institutos Federais.

⁶ Gastos totais: Representam os valores totais despendidos durante o período em análise, independentemente do status de pagamento. Incluem despesas pagas e aquelas que foram apenas registradas contabilmente, mas não necessariamente liquidadas.

⁷ Despesas pagas: Refletem as despesas efetivamente executadas e liquidadas no decorrer do ano em questão. São valores referentes a transações financeiras realizadas e quitadas no período analisado.

A análise financeira apresentada na Tabela 1 permite compreender a trajetória orçamentária do IF Goiano entre 2009 e 2022. Em estrita conformidade com normativas essenciais, como a Instrução Normativa TCU nº 57 de agosto de 2008⁸, a Decisão Normativa TCU nº 100 de outubro de 2009⁹, e portarias subsequentes do TCU e da CGU, o IF Goiano mantém um compromisso com a transparência. Anualmente, o Relatório de Gestão é publicado, destacando-se como um instrumento indispensável para avaliações institucionais, proporcionando uma base sólida de dados e informações que possibilitam o escrutínio e transparência sobre o desempenho e a gestão da instituição (Instituto Federal Goiano, 2009). Um aspecto digno de destaque é a descentralização das despesas pagas, uma prática que confere autonomia aos diversos *campi* da instituição. Essa autonomia se reflete na subdivisão das despesas em três categorias primordiais: Gastos com pessoal, custeio e investimento.

Ao analisarmos a Tabela 1 de maneira detalhada, torna-se evidente uma tendência de crescimento nos gastos totais ao longo dos anos. Curiosamente, as despesas pagas apresentam uma variação mais significativa. Em certos anos, essas despesas ultrapassaram consideravelmente os gastos totais, possibilitando a possível utilização de recursos acumulados ou reservas de anos anteriores. Nos anos mais recentes, observamos uma aproximação entre as despesas pagas e os gastos totais, diminuindo potencial contenção ou otimização dos gastos (Almeida, 2023).

Uma métrica essencial para esta análise é a relação percentual entre despesas pagas e gastos totais em cada ano. Tomemos o ano de

⁸ Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2008.htm>.

⁹ Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2009.htm>.

2013 como exemplo, onde as despesas pagas totalizaram R\$ 409.760.190,00, enquanto os gastos totais foram de R\$ 188.510.965,00, resultando em uma relação percentual de aproximadamente 217%. Esse valor elevado sugere a possível utilização de reservas acumuladas ou realocação de fundos de outras fontes. Outro ano digno de nota é 2016, com despesas pagas de R\$ 242.472.049,00 e gastos totais de R\$ 269.855.974,72, resultando em uma relação de aproximadamente 90%. Esse índice aponta para um alinhamento mais estreito entre despesas e gastos, diminuindo uma possível fase de contenção ou eficiência orçamentária.

Essas análises percentuais e as discrepâncias observadas em determinados anos podem ser reflexos de diversos fatores, desde a eficiência na alocação de recursos até a influência de políticas de contingenciamento. A análise desses dados é crucial para compreender a dinâmica financeira do IF Goiano ao longo do tempo e para avaliar a eficácia de suas práticas de gestão financeira.

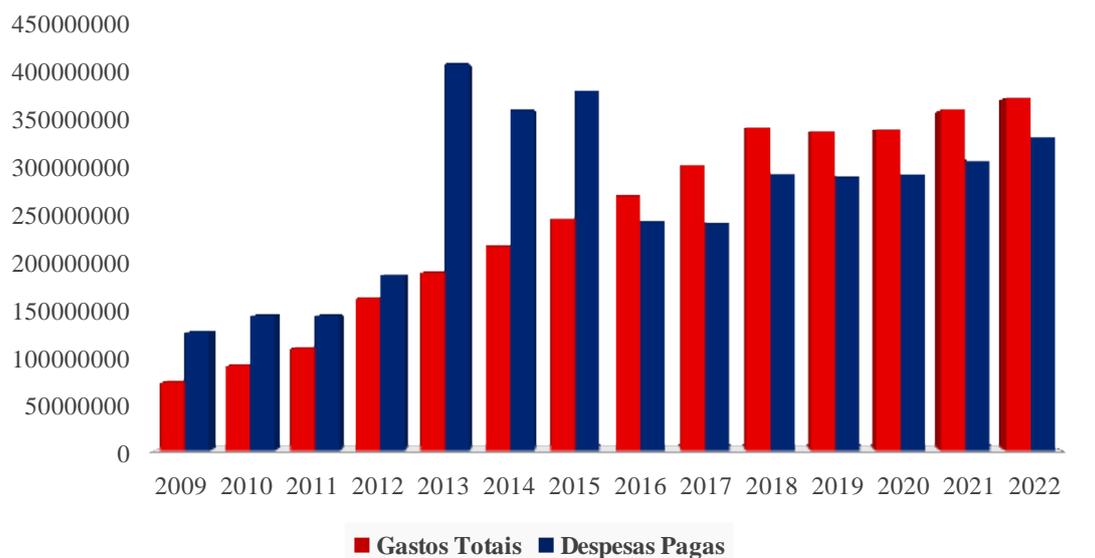
2.1 Despesas

O IF Goiano recebe anualmente uma dotação orçamentária, que é distribuída entre diferentes eixos: Dotação Atual, Empenhado, Liquidado e Pago. A Dotação Atual representa o montante total destinado ao Instituto. O Valor Empenhado é a quantidade que efetivamente será gasta durante o ano. O Valor Liquidado corresponde à comprovação das obrigações a serem pagas. Por fim, o Valor Pago representa o montante efetivamente desembolsado (UFV, 2021). As despesas custeadas pelo IF Goiano incluem Pagamento de Pessoal (ativo e inativo), Custeio e Investimentos.

Para a elaboração do gráfico (Figura 1), os valores referentes ao Pagamento de Pessoal, Custeio e Investimentos foram somados,

representando assim os gastos totais do IF Goiano. As Despesas Pagas contribuíram ao valor efetivamente desembolsado para cobrir esses gastos totais. Essa análise visual fornece uma compreensão clara da distribuição e do comportamento dessas despesas ao longo do tempo.

Figura – 1 Gastos totais x Despesas pagas entre os anos 2009 até 2022



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

Uma análise das variáveis coletadas desde a criação do IF Goiano até 2022 revela um aumento constante nos gastos totais, chegando a superar as despesas pagas em alguns anos. Esse padrão reflete desafios enfrentados pela instituição devido às leis orçamentárias. Até 2015, o IF Goiano estava em uma fase de crescimento e aprimoramento em sua qualificação. No entanto, a partir de 2016, houve um reverso em suas despesas e gastos totais, principalmente devido aos atrasos na aprovação do orçamento, que foi insuficiente para cobrir as despesas de custeio, e ao contingenciamento de 47% dos investimentos (Instituto Federal Goiano, 2017).

É importante compreender o conceito de contingenciamento, que, conforme explicado por Caleiro (2019), refere-se a um congelamento temporário de verbas que pode ser revertido caso a

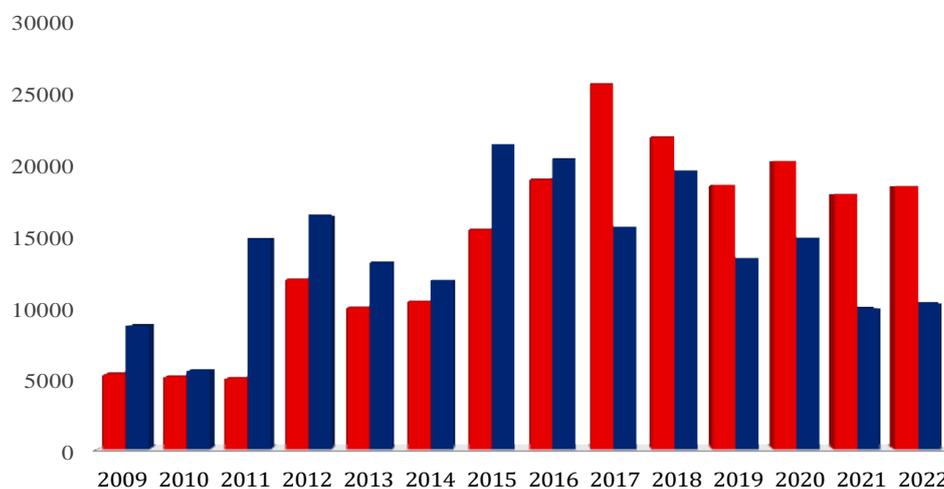
situação das contas públicas melhore, diferenciando-se de um corte de verbas, o que implica em uma redução permanente no orçamento. O contingenciamento é uma estratégia fiscal cautelar imposta pelos governos desde 2014, restringindo temporariamente a alocação de recursos em áreas-chave para avaliar a necessidade de cortes orçamentários permanentes (Fonseca, 2019). Essa prática tem implicações importantes, especialmente nos setores de educação, ciência e tecnologia, onde o bloqueio temporário de recursos pode comprometer as atividades planejadas e a qualidade educacional, inibir avanços em pesquisa e inovação, e impactar níveis o desenvolvimento socioeconômico do país (Pessali, 2019).

No cenário mais recente, em 27 de maio de 2022, o governo federal brasileiro efetuou um bloqueio orçamentário que afetou consideravelmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O corte, correspondente a 14,5% do orçamento anual dessas instituições, colocou em risco a manutenção das atividades acadêmicas, tornando incerta a conclusão do ano letivo. O bloqueio também impactou os níveis de recursos de custeio e investimento, assim como o financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFG, 2022). Essa medida ocorreu em um momento crítico, com o retorno das atividades acadêmicas presenciais, exigindo investimentos adicionais em infraestrutura e protocolos de biossegurança. O bloqueio não apenas comprometeu a manutenção dos prédios e laboratórios, mas também afetou o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, por exemplo, o orçamento é fundamental para as atividades de iniciação científica (Costa, 2024) e para as ações de permanência e êxito dos alunos (Souza; Cardoso; Sousa, 2023; Rezende; Sousa; Assis, 2022; Tete, *et al.* 2022).

2.2 Matrículas x Inscritos

O número de matrículas¹⁰ está apresentado na Figura 2, considerando os estudantes regularmente matriculados na instituição. As formas de ingresso incluem processo seletivo, reingresso, transferência, portador de diploma, transferência *ex officio*, convênio, intercâmbio ou acordo cultural. Por meio destas modalidades de ingresso, são contabilizados os números de inscritos¹¹.

Figura – 2 Quantidade de Matrículas x inscritos entre os anos 2009 até 2022



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

O gráfico retrata um diferencial temporal que evidencia ao longo dos anos a quantidade de matrículas que vem superando o número de inscritos. É notável que há uma variação específica no número de matrículas ao longo dos anos. A Figura 2 oferece uma representação gráfica dessa tendência, permitindo uma análise visual das flutuações no número de estudantes regularmente matriculados na instituição.

10 Matrículas: Representam a quantidade de alunos oficialmente registrados e matriculados na instituição de ensino durante o período em análise.

11 Inscritos: Refere-se aos meios pelos quais os alunos se cadastram ou se inscrevem para ingressar na instituição. Isso pode incluir processos como inscrições online, presenciais, vestibulares, entre outros métodos adotados pela instituição.

As diferentes formas de ingresso, como processo seletivo, reingresso, transferência, portador de diploma, transferência *ex officio*, convênio, intercâmbio ou acordo cultural, atrativos para a diversidade do corpo discente do IF Goiano. Esses diferentes modos de acesso refletem a abertura da instituição para atender a uma variedade de perfis de estudantes, promovendo a inclusão e possibilitando a entrada de pessoas em diferentes avanços de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

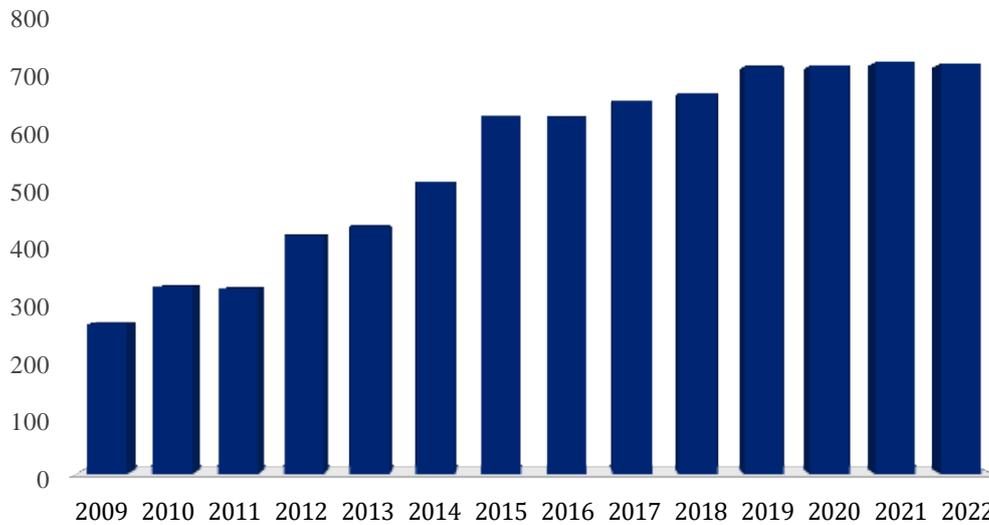
É crucial analisar não apenas o número absoluto de matrículas, mas também compreender as tendências associadas a cada forma de ingresso ao longo dos anos. Essa análise pode fornecer *insights* valiosos sobre a eficácia das políticas de admissão, a demanda por diferentes modalidades de ensino e as características do corpo discente ao longo do tempo.

Por fim, considerando a relevância desses dados para a gestão e o planejamento institucional, é preciso uma análise mais aprofundada das variações nas matrículas, considerando fatores como políticas de expansão, mudanças demográficas, oferta de cursos e programas, entre outros, para uma compreensão mais abrangente do cenário educacional do IF Goiano.

2.3 Docentes e Cursos: a relação nº de alunos x nº de professores x nº de cursos de 2017 a 2022

Houve um aumento no quadro docente (Figura 3) ao longo dos anos, em decorrência do número significativo de alunos, todavia, com clara estagnação a partir de 2019.

Figura – 3 Número de docentes entre os anos de 2009 até 2022



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

Atualmente, o IF Goiano é composto pela Reitoria, pelos 12 campi, pelo Centro de Referência e pelo Polo de Inovação situados em Rio Verde. Os cursos oferecidos (Tabela 2) incluem bacharelado, doutorado, especialização, licenciatura, mestrado profissional, doutorado, qualificação profissional, técnico e tecnólogo, totalizando cerca de 232 cursos disponíveis para todos, proporcionando ensino de qualidade e gratuito. As variáveis foram coletadas do ano de 2017 até o ano de 2022.

Tabela – 2 Cursos ofertados

TIPO DE CURSOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bacharelado	21	26	32	39	41	50
Doutorado	1	1	1	2	1	2
Especialização (Lato Sensu)	11	15	20	19	19	22
Licenciatura	11	16	18	20	20	20
Mestrado	2	2	2	3	3	3
Mestrado Profissional	7	8	9	9	8	11
Qualificação Profissional	52	33	23	59	16	18
Técnico	156	135	102	98	89	91
Tecnologia	10	11	13	13	14	14
TOTAL:	271	253	219	262	211	232

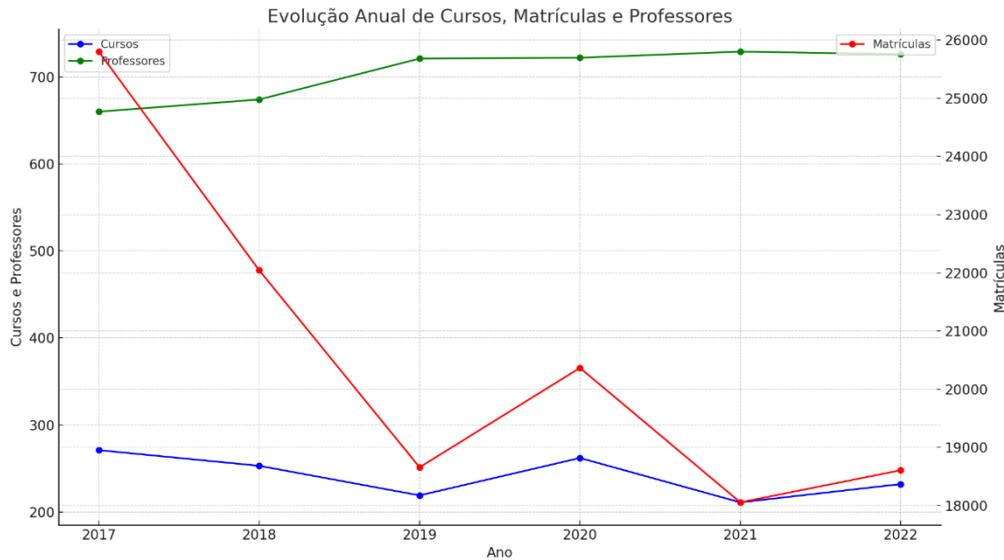
Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

A análise dos dados apresentados revela diversas dimensões que podem ser exploradas em um contexto educacional. Primeiramente, o número de cursos mostrou uma tendência de diminuição até 2019, seguido de um aumento em 2020 e uma subsequente queda em 2021 e 2022. Essa flutuação pode ser interpretada como um reflexo de mudanças na demanda do mercado, políticas educacionais ou eventos globais como a pandemia da COVID-19.

Em relação ao número de matrículas, observa-se uma tendência similar de queda até 2019, com um aumento em 2020 e, novamente, uma diminuição nos anos subsequentes. A flutuação no número de matrículas é um aspecto crítico, pois tem implicações diretas no financiamento das instituições de ensino e na qualidade da educação fornecida. Contrastando com as outras duas métricas, o número de professores mostrou uma tendência geral de aumento ao longo dos anos, com pequenas variações. Esse aumento pode indicar um investimento contínuo em capital humano ou uma necessidade crescente de diversificação nos cursos oferecidos, o que pode significar *insights* sobre a eficiência na utilização de recursos humanos.

Da mesma forma, a correlação entre o número de cursos e o número de matrículas pode revelar se os cursos existentes estão sendo eficazes em atrair e reter estudantes. Fatores externos como crises econômicas, mudanças políticas e a situação do mercado de trabalho também devem ser considerados, pois podem ter um impacto significativo em todas as três métricas analisadas (Figura 4). Isso sugere que, embora possa haver alguma correlação entre o número de alunos e cursos ofertados, outros fatores também estão em jogo.

Figura – 4 Relação nº de cursos, matrículas e professores (2017 a 2022)



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

Em segundo lugar, o número de docentes mostrou um aumento modesto ao longo dos anos, estabilizando-se em 720 a partir de 2019 (Tabela 3). Essa estabilização, no entanto, não se traduziu em um aumento constante no número de alunos ou cursos.

Tabela – 3 Relação de nº de alunos x nº de docentes entre 2017 até 2022

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº de docentes	660	674	721	722	729	726
Nº de alunos	15.709	19.695	13.514	14.940	9.963	10.318

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado).

Isso sugere que o número de docentes pode não ser o único fator determinante na oferta de cursos ou na atração de alunos, indicando a presença de outros fatores institucionais ou externos que podem estar influenciando essas métricas. Por último, o número de cursos ofertados apresentou uma variação mais complexa ao longo dos anos estudados. Apesar de um aumento em 2020, seguido por uma diminuição em 2021 e um novo aumento em 2022, essas flutuações não parecem ter um impacto direto e consistente no número de alunos ou docentes. Isso

sugere que a oferta de cursos pode ser influenciada por uma variedade de fatores, incluindo demanda do mercado, políticas institucionais e disponibilidade de recursos.

CONCLUSÃO

O presente estudo proporcionou uma análise da trajetória do Instituto Federal Goiano, focalizando aspectos cruciais como a gestão orçamentária, despesas, matrículas, quadro de docentes e a diversidade de cursos ofertados. A investigação revelou que a instituição tem mantido um alto grau de transparência em sua gestão orçamentária, mesmo diante de desafios financeiros significativos, incluindo contingenciamentos e cortes orçamentários. Este compromisso com a transparência é evidenciado pela publicação anual do Relatório de Gestão, que serve como um instrumento indispensável para avaliações institucionais.

No que diz respeito ao número de matrículas e inscritos, observou-se que as matrículas têm consistentemente superado o número de inscritos ao longo dos anos. Este fenômeno pode ser interpretado como um indicativo de uma alta taxa de retenção estudantil ou sucesso nos processos seletivos, o que, por sua vez, reflete a qualidade da educação oferecida.

Quanto ao quadro de docentes, houve um aumento notável ao longo dos anos, o que sugere um esforço consciente da instituição em manter uma proporção aluno-professor saudável, todavia, há claramente uma estagnação a partir de 2019. Este é um aspecto crucial para a qualidade da educação e indica um compromisso da instituição com a excelência acadêmica. A diversidade e quantidade de cursos oferecidos pelo IF Goiano também foram notáveis. A instituição oferece uma gama ampla de cursos, desde o ensino técnico até o doutorado, o que demonstra o alcance e a profundidade de sua missão educacional.

Além disso, a análise das relações entre o número de alunos, o número de docentes e a quantidade de cursos ofertados revelou uma complexidade que não pode ser explicada por um único fator. Esta complexidade sugere a presença de múltiplos fatores, tanto institucionais quanto externos, que podem estar influenciando estas métricas. Em um contexto de desafios orçamentários e políticos, como o contingenciamento de verbas e cortes orçamentários, o IF Goiano tem demonstrado uma notável resiliência, todavia essas estratégias neoliberais podem sucatear e limitar a atuação da instituição.

O estudo serve como um diagnóstico abrangente do estado atual do IF Goiano e oferece uma base sólida para futuras investigações. Dada a complexidade das relações entre as variáveis estudadas, recomenda-se que pesquisas futuras adotem uma abordagem multidisciplinar, incorporando aspectos econômicos, políticos e sociais para fornecer insights mais profundos sobre a dinâmica institucional. Portanto, esta pesquisa serve não apenas como um diagnóstico do estado atual do IF Goiano, mas também como um ponto de partida para uma agenda de pesquisa mais ampla e aprofundada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. das G. M. de. **Execução orçamentária e políticas de financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021**. 2023. 140p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional). Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27008/1/MariaDasGraçasMoreiraDeAlmeida_Dissert.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BARBOSA, M. L. de O. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? **Educ. Puc.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, maio de 2019.

BETTINI, L. H. P. *et al.* Cidade educadora e humanizadora: a redução das desigualdades e vulnerabilidades. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 61, p. e21891, 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRAZOROTTO, C. M.; VENCO, S. B. Educação profissional no Brasil: história e política dos Institutos Federais. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 487-505, abr. 2021.

CALEIRO, J. P.. Qual é, afinal, a diferença entre corte e contingenciamento? **Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/qual-e-afinal-a-diferenca-de-corte-e-contingenciamento/>. Acesso em: 23 out. 2023.

COSTA, W.P.; FERNANDES, M.S.V.; MEMON, A.R.; NOLL, P.R.E.S.; SOUSA, M.M.; NOLL M. Factors influencing the work of researchers in Scientific Initiation: A systematic review protocol. **PLoS ONE**, v. 19, n. 1, p. 1-17, 2024.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FERREIRA, F. G. B. de C. **O Orçamento Público Brasileiro e a Relação entre os Poderes na Gestão das Finanças Públicas com o Surgimento das Emendas Parlamentares Vinculantes**. 2017. 324 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186212/PDPC1350-D.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

FONSECA, M. da. **Governos de Dilma e Temer também cortaram verbas da educação**. Publicado em 15/05/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml. Acesso em: 16/10/2023.

GIL, Maria Stella Coutinho de Alcantara; EMMEL, Maria Luisa Guillaumon. **Metodologia para Projetos de Extensão:** Apresentação e Discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de gestão do exercício 2010.** Goiânia: [s.n.]. Disponível em: <<https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatorio-de-Gestao-IFGoiano-2010.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Relatório de gestão do exercício de 2016.** Goiânia: [s.n.]. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatorio_d_e_Gestao_2016_IF_Goiano_-_Versao_1.0.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Governança.** 2022. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/governanca.html>. Acesso em: 29 ago. 2023. Acesso em: 26 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano se destaca em avaliação do Índice Geral de Cursos.** ANO? Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/160-noticias-antiores/22573-if-goiano-se-destaca-em-avaliacao-do-indice-geral-de-cursos.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano tem dois novos programas de pós-graduação aprovados:** Capes aprova a criação do Mestrado Profissional em Administração e Doutorado em Agroquímica, ambos no Campus Rio Verde. 2023. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/176-destaque-rio-verde/23342-if-goiano-tem-dois-novos-programas-de-pos-graduacao-aprovados-3.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano é a segunda melhor instituição de ensino superior pública de Goiás:** Resultado refere-se ao Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado pelo Inep. Universidade Federal de Goiás (UFG) ocupa primeiro lugar no ranking. 17 de mar. 2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias/5150-if-goiano-e-a-segunda-melhor-instituicao-de-ensino-superior-publica-de-goias>. Acesso em: 26 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Goiânia: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatório_de_Gestão_2015_IF_Goiano_-_Versão_1.0.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

NUNES JÚNIOR, V. S. *et al.* (Coord.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP: direito administrativo e constitucional**. 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

PESSALI, V. R. Contingenciamento das verbas das universidades federais: entenda o impacto. **JusBrasil**, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/contingenciamento-das-verbas-das-universidades-federais-entenda-o-impacto/709808842>. Acesso em: 26 out. 2023.

PONTE, J. S. **Liberdade Acadêmica**: Reflexões sobre o discurso extramural do corpo docente. 2020. 62 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - [Nome da Faculdade ou Departamento], Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/131592/2/437367.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Orçamento Público**. 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>. Acesso em: 26 out. 2023.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020.

REZENDE, S. E.; Sousa, M. M; Carvalho A. E. Educación profesional y tecnológica: abandono escolar en cursos técnicos integrados a la educación secundaria. **Paradigma**, v. 43, n. 3, p. 898-919, 2022.

ROSSI, R. A. Z; TUDE, J. M. (Org.). **Cortes no orçamento das Universidades Públicas**: significados e efeitos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, G. H. G. da. An overview of affirmative action policies in public federal universities in Southeast Brazil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 184-206, jul. 2019.

SILVA, M. W. da; RISSI, M. Análise de informações orçamentárias presentes nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais brasileiras. **Revista Reuna**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 68-83, 2020.

SOUZA FILHO, G. A. de. **Compliance como ferramenta de governança pública para a efetividade do estado: estudo de caso no estado do Paraná**. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/30175>. Acesso em: 27 out. 2023.

SOUZA, H. C.; CARDOSO, F. M. C. B.; SOUSA, M. M. Fatores associados à permanência e ao êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes. **Peer Review**, v. 5, n. 12, p. 269–301, 2023.

TETE, M. F. *et al.* Predictive models for higher education dropout: A systematic literature review. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, n. 149, p. 1-23, 2022.

TRENTO, D. **Comportamento dos custos em universidades federais brasileiras: uma análise com base em variáveis de educação**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219444>. Acesso em: 27/09/2023.

UFG. Cortes no orçamento no orçamento asfixiam Instituições Federais de Ensino. **UFG - Universidade Federal de Goiás**, 2022.

UFV. **Você conhece a diferença entre Empenho, Liquidação e Pagamento?** 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://dia.caf.ufv.br/informativo/voce-conhece-a-diferenca-entre-empenho-liquidacao-e-pagamento/>. Acesso em: 29 out. 2023.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

RAFAEL, E. R.; SOUSA, M. M.; CARDOSO, F. M. C. B.; SCHÜTZ, J. A. Investimento em educação no Instituto Federal Goiano e a relação com o número de alunos, professores e cursos de 2009 a 2022. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 19, jan-jun/2024, p. 32-62.